

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2046/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4523/2019-PGJ, de 3.12.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão das Procuradorias de Justiça, referente ao ano de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL: 98478-2059
22 (18h01min) a 29.6.2020 (7h59min)	Gilberto Robalinho da Silva

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL: 98478-2059
22 (18h01min) a 29.6.2020 (7h59min)	João Albino Cardoso Filho

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1974/2020-PGJ, DE 29.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no artigo 1º da Resolução nº 12/2015-PGJ, de 14.5.2015,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Antonio André David Medeiros e Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem o Comitê de Controle Interno de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; e revogar as Portarias nº 1300/2016-PGJ, de 6.5.2016, e nº 1194/2020-PGJ, de 6.4.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1975/2020-PGJ, DE 29.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, e Antonio André David Medeiros, Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), para, sem prejuízo de suas funções, gerenciarem a implantação dos serviços estabelecidos no Termo de Cooperação Técnica entre o MPMS e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) de MS; e revogar as Portarias nº 1790/2019-PGJ, de 27.5.2019, e nº 1203/2020-PGJ, de 6.5.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1987/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar na Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2020, a Promotora de Justiça abaixo relacionada:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Andréa de Souza Resende	9 a 25.3.2020			

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1989/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Fernandes Sisti 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 9 a 19.12.2019, a serem usufruídos nos dias 25 e 26.6.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1990/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 942/2020-PGJ, de 11.3.2020, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 25.3 e 7.4.2018, que seriam usufruídos nos dias 16 e 17.9.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1991/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 943/2020-PGJ, de 11.3.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 1 (um) dia de férias compensatórias referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, que seria usufruído no dia 21.9.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2041/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 19.4.2019, a ser usufruído no dia 2.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2042/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Sete Quedas, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as Promotorias de Justiça das comarcas de Sonora e Pedro Gomes no dia 2.6.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2043/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 26ª Zona Eleitoral, no dia 2.6.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1947/2020-PGJ, DE 28.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carla Maria Bagordakis	2017/2018	14 a 23.10.2019	8 a 17.7.2020		1º a 10.10.2019
Willian Natan Vanderlei Passarini	2018/2019	16 a 25.10.2019	1º a 10.6.2020		3 a 12.12.2019

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luiz Leonardo Villalba	2018/2019	18 a 27.11.2019	8 a 17.9.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Andreia Daiane Vargas	2018/2019	7 a 16.1.2020	1º a 10.7.2020		1º a 10.4.2020
Cristina Castilho Akatsuka	2018/2019	20 a 29.1.2020	13.7 a 1º.8.2020		
Patricia Marim	2018/2019	1º a 10.6.2020	29.7 a 7.8.2020		7 a 16.1.2020
Silvia Mara Manvailer Gomes	2018/2019	7 a 16.1.2020	8 a 17.7.2020		2 a 11.3.2021

PORTARIA Nº 462/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruno Dantas Sanchez	2018/2019	15 a 24.6.2020	16.11 a 5.12.2020		
Carolina Pontes Andreussi	2018/2019	15 a 24.6.2020	16.11 a 5.12.2020		

PORTARIA Nº 852/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Elvey Tessaro Andrade	2017/2018	21 a 30.4.2020	13.7 a 1º.8.2020		

PORTARIA Nº 1678/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Margarida da Silva Barros	2017/2018	15.7 a 3.8.2020			22.6 a 1º.7.2020

Passe a constar:



PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carla Maria Bagordakis	2017/2018	14 a 23.10.2019	18 a 27.1.2021		1º a 10.10.2019
Willian Natan Vanderlei Passarini	2018/2019	16 a 25.10.2019	22.2 a 3.3.2021		3 a 12.12.2019

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luiz Leonardo Villalba	2018/2019	18 a 27.11.2019	7 a 16.1.2021		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Andreia Daiane Vargas	2018/2019	7 a 16.1.2020	3 a 12.8.2020		1º a 10.4.2020
Cristina Castilho Akatsuka	2018/2019	20 a 29.1.2020	13.10 a 1º.11.2020		
Patricia Marim	2018/2019	29.7 a 7.8.2020	11 a 20.1.2021		7 a 16.1.2020
Silvia Mara Manvailer Gomes	2018/2019	7 a 16.1.2020	12 a 21.11.2020		2 a 11.3.2021

PORTARIA Nº 462/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruno Dantas Sanchez	2018/2019	16.11 a 5.12.2020			15 a 24.6.2020
Carolina Pontes Andreussi	2018/2019	16.11 a 5.12.2020			15 a 24.6.2020

PORTARIA Nº 852/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Elvey Tessaro Andrade	2017/2018	21 a 30.4.2020	4 a 13.11.2020	9 a 18.12.2020	

PORTARIA Nº 1678/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Margarida da Silva Barros	2017/2018	13.10 a 1º.11.2020			22.6 a 1º.7.2020

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2028/2020-PGJ, DE 2.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Aline de Souza Finamor, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, com a redação dada pela Portaria nº 1002/2020-PGJ, de 16.3.2020, que seriam usufruídas no período de 25.5 a 3.6.2020, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 2029/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Emanuely Martins Atanasio da Silva, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, com a redação dada pela Portaria nº 854/2020-PGJ, de 5.3.2020, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 28.9 a 7.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2031/2020-PGJ, DE 2.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor João Verissimo de Luna Junior, por meio da Portaria nº 3545/2019-PGJ, de 25.9.2019, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 21 a 30.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 1954/2020-PGJ, DE 29.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luciana Zucarelli Rezende, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para o trato de interesse particular, pelo prazo de 3 (três) anos, a partir de 8 de junho de 2020, nos termos dos artigos 130, inciso IX, e 154, § 3º, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e ainda dos artigos 6º, inciso II, 28, §§ 3º, 4º e 5º, e 82, inciso IX, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, com a redação dada pela Lei nº 5.101, de 1º de dezembro de 2017 (Processo PGJ/10/1548/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2020.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:**

7.1.1. Oitiva ad referendum do Conselho Superior sobre a seguinte Portaria: Portaria nº 1680/2020-PGJ, de 11.5.2020. Agregar ao Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público, no interesse do serviço, o 3º Promotor de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 12.5.2020, até ulterior deliberação, nos termos do artigo 19 da Lei Complementar nº 72/94, com a redação dada pela Lei Complementar nº 145, de 22 de abril de 2010.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, referendou a portaria acima, sem ressalvas.

7.1.2. Julgamento de Processos:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00002706-3.**

Assunto: Vitaliciamento da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira. **Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, decidiu pelo vitaliciamento da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00003660-7.

Assunto: Proposta de elaboração de enunciado referente às remessas ao Conselho Superior do Ministério Público, pelos Órgãos de Execução, do Termo de Ajustamento de Conduta firmado em inquérito civil ou homologado pelo Poder Judiciário, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução CNMP nº 179/2017 (Termo de Ajuste de Conduta) e do art. 6º, § 9º, da Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência).

Relator Conselheiro Alexandre Lima Raslan.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou a proposta de dois Enunciados, nos termos do voto do Relator, conforme redação abaixo:

1) Os Termos de Ajustamento de Conduta em geral ou o Acordo de Leniência celebrados em autos de inquérito civil ou procedimento preparatório devem instruir os autos por ocasião da remessa da promoção de arquivamento, sendo desnecessário o envio em separado ao Conselho Superior do Ministério Público. 2) O Termo de Ajustamento de Conduta ou Acordo de Leniência que versem sobre ato de improbidade administrativa, celebrados na fase judicial e levados à homologação judicial, devem ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, exclusivamente para registro, por meio de ofício (Protocolo Unificado), instruído com: a) uma via do inteiro teor do Termo de Ajustamento de Conduta ou do Acordo de Leniência celebrados durante a fase judicial; b) a cópia da sentença homologatória; e, c) a respectiva certidão do trânsito em julgado.

7.1.3. Promoção e remoções:**1. Processo PGJ/10/1390/2020.**

Expediente: Aviso nº 05/2020/CSMP, de 8.4.2020, publicado no DOMPMS nº 2.183, de 13.4.2020.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, primeira entrância.

Relator Conselheiro Silvio Cesar Maluf.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome da Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, primeira entrância.

2. Processo PGJ/10/1391/2020.

Expediente: Aviso nº 06/2020/CSMP, de 8.4.2020, publicado no DOMPMS nº 2.183, de 13.4.2020.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, primeira



entrância.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva para remoção, pelo critério de antiguidade, para a Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, primeira entrância.

3. Processo PGJ/10/1392/2020.

Expediente: Aviso nº 07/2020/CSMP, de 8.4.2020, publicado no DOMPMS nº 2.183, de 13.4.2020.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados, primeira entrância.

Relator Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior para remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados, primeira entrância.

4. Processo PGJ/10/1393/2020.

Expediente: Aviso nº 08/2020/CSMP, de 8.4.2020, publicado no DOMPMS nº 2.183, de 13.4.2020.

Assunto: Promoção, pelo critério de antiguidade, para a 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, entrância especial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome da Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnoli para promoção, pelo critério de antiguidade, para a 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, entrância especial.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000523-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde-SESAU

Assunto: Apurar possível irregularidade em razão de insuficiência de Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência - CAPS I, bem como a falta de atendimento individual de psicoterapia na Rede Municipal de Saúde a vítimas de abuso sexual e outros traumas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE EM RAZÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E ADOLESCÊNCIA (CAPS I), BEM COMO EVENTUAL FALTA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL DE PSICOTERAPIA NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE A VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL E OUTROS TRAUMAS – SITUAÇÃO REGULAR - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. Compulsando os autos, constata-se a ausência de fundamento para a manutenção do presente feito, pois não restou comprovada a existência de demanda reprimida quanto aos atendimentos do CAPS I, e tampouco a inexistência de vagas para atendimento individual de psicoterapia na Rede Municipal de Saúde a vítimas de abuso sexual e outros traumas. Durante o curso das investigações, observou-se que o CAPS Infância-Juvenil não possui fila de espera, sendo as consultas realizadas no prazo inferior ao de quinze dias, informação esta que corrobora com os dados apresentados dos registros de ações ambulatoriais.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001500-4

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da área de preservação permanente do Córrego Imbirussu no Lote A-13 da Quadra 23, localizado na Rua Serra dos Passos, nº 169, com matrícula nº 12.099 do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição de Campo Grande MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR A REGULARIDADE DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO IMBIRUSSU, NO LOTE A-13 DA QUADRA 23 - REGULARIDADE - APP PRESERVADA E CERCADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que promoção de arquivamento



merece ser homologada, haja vista que, da análise dos relatórios técnicos acostados ao feito, juntamente com fotografia colacionada, foi possível constatar que a APP -Área de Preservação Permanente se encontra preservada, delimitada e devidamente cercada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001925-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clóvis dos Santos

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento irregular de árvores nativas na propriedade denominada Sítio Vista Alegre, localizado neste Município de Ivinhema/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE IVINHEMA - MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NO DESMATAMENTO IRREGULAR DE ÁRVORES NATIVAS NA PROPRIEDADE DENOMINADA SÍTIO VISTA ALEGRE - IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA - PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul elaborou Relatório de Vistoria Técnica e constatou que o requerido possui Autorização Ambiental n. 829/2013 para o corte de árvores nativas isoladas, e não foi possível precisar o número de nativos no fragmento de forma a considerá-las excluídas da autorização ambiental. Irregularidade não constatada. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000974-2

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na dispensa de licitação n. 36/2016, que teve por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de drenagem de águas pluviais, pavimentação asfáltica e sinalização viária em diversos locais do Município de Dourados-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - COMARCA DE DOURADOS - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 36/2016, QUE TEVE POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - VERBA PÚBLICA FEDERAL - INTERESSE DA UNIÃO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL - ATRIBUIÇÃO DO MPF - ENUNCIADO Nº 16/2017 DO CSMP - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. Compulsando os autos, denota-se que trata de imóvel de propriedade da União, portanto é alçada da Justiça Federal a sua apuração. Interesse inequívoco da União. Inteligência do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal. Atribuição do MPF. Inteligência do Enunciado nº 16/2017 deste CSMP. Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal homologado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento por não ser o caso e homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001704-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Flávio Henrique Vicente

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na propriedade rural denominada Estância Faustino, localizada no município de Paranaíba.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PARANAÍBA - MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA ESTÂNCIA FAUSTINO – TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se



pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000319-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica

Requerente: Anônimo

Requerido: Município de Costa Rica

Assunto: Apurar a constitucionalidade e legalidade na contratação de professores temporários pelo Município de Costa Rica/MS, nos anos de 2018 e 2019.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COSTA RICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR A CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE NA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS PELO MUNICÍPIO DE COSTA RICA NOS ANOS DE 2018 E 2019 - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois as contratações temporárias se deram para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002315-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar irregularidade no processo licitatório n. 134/2017, na modalidade tomada de preço n. 003/2017, em desacordo com o disposto na Lei n. 8.666/93, bem como os atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ APURAR IRREGULARIDADE NO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO, EM DESACORDO COM A LEI DE LICITAÇÕES E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DAÍ DECORRENTES - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois de acordo com os elementos de prova coligidos nos autos, não há que se falar em irregularidade no procedimento licitatório realizado pelo Município de Camapuã. O servidor público foi exonerado de seu cargo comissionado, a pedido, em razão da aprovação em concurso público. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000091-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental nas fazendas “São Mateus” e “Santa Terezinha”, localizadas neste Município, em razão do Inquérito Civil n. 011-S/2011 PJMA, o qual tramitava no formato físico e, amparado pelo art. 56 da Resolução n. 015/2017 CPJ, de 18/12/2017, foi instaurado no formato eletrônico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PARANAÍBA - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NAS FAZENDAS SÃO MATEUS E SANTA TEREZINHA - RETORNO DOS AUTOS EM DILIGÊNCIA - IRREGULARIDADE SANADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Convertido os autos em diligência, a Promotoria de Justiça de origem prosseguiu com as investigações, e os proprietários das Fazendas “São Mateus” e “Santa Terezinha” adotaram as medidas necessárias para sanar as irregularidades ambientais. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002389-6**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Celso Donizete Molina

Assunto: Apurar a regularidade da área de preservação permanente do Córrego Cabeceira Bom Jardim inserida em propriedade particular denominada “Boa Sorte”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - MEIO AMBIENTE - APURAR A REGULARIDADE DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO CABECEIRA DO BOM JARDIM INSERIDA EM PROPRIEDADE PARTICULAR DENOMINADA BOA SORTE - TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000150-7

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar se a carga horária dos Assessores Parlamentares da Câmara de Vereadores de Sidrolândia (MS) atende ao disposto na Lei Complementar nº 107/2015, Tabela I, Anexo III.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SIDROLÂNDIA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR SE A CARGA HORÁRIA DOS ASSESSORES PARLAMENTARES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SIDROLÂNDIA ATENDE AO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR N. 107/2015 – IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois a Administração Pública Municipal adotou as medidas necessárias para regularizar a carga horária dos servidores públicos da Câmara de Vereadores. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00001218-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: MRW Agrícola

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação das nascentes nº 108 e 116, localizadas na Fazenda Estiva, no município de Chapadão do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL - MEIO AMBIENTE - PROMOVER A INTERVENÇÃO AMBIENTAL ADEQUADA PARA RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES LOCALIZADAS NA FAZENDA ESTIVA - TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART. 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001144-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar



Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente no uso de bem público para fins particulares, instaurado a partir da Carta Precatória a qual noticia o crime de receptação, apresentada pela Delegacia de Polícia Civil de Umuarama, em desfavor de Márcio Margatto Nunes.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE IGUATEMI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NO USO DE BEM PÚBLICO PARA FINS PARTICULARES - TAC CELEBRADO - NECESSIDADE DE CADASTRO DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA DO RECURSO ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Entidade beneficiária da multa não cadastrada no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Inteligência do artigo 36, § 2º, da Resolução n. 15/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução n. 005/2019-CPJ, de 5 de abril de 2019. Promoção de arquivamento homologada com ressalva de que o Conselho Comunitário de Segurança de Iguatemi não poderá ser beneficiário da multa. Necessidade de indicar outra entidade devidamente cadastrada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, com ressalva de que o Conselho Comunitário de Segurança de Iguatemi não poderá ser beneficiário da multa. Necessidade de indicar outra entidade devidamente cadastrada, nos termos do voto da Relatora.

Campo Grande, 2 de junho de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 2 DE JUNHO DE 2020.

7. Ordem do dia:

7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002748-1

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: FUNSAUD e Município de Dourados

Assunto: Apurar ausência de aparelho de RAIO-X na Unidade de Pronto Atendimento/UPA de Dourados/MS, administrada pela FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE DOURADOS - FUNSAUD.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – SAÚDE PÚBLICA – APURAR AUSÊNCIA DE APARELHO DE RAIO-X NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO/UPA DE DOURADOS, ADMINISTRADA PELA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE DOURADOS/FUNSAUD – MEDIDAS ADOTADAS – PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após a intervenção do órgão de execução e a realização de diversas diligências, as medidas necessárias para regularizar a realização de exame de Raio-X na Unidade de Pronto Atendimento de Dourados – UPA foram adotadas. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento da investigação. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002233-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bodoquena

Assunto: Apurar supostas irregularidades nas medições das linhas de transporte escolar do Município de Bodoquena/MS,



pelos contratos realizados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NAS MEDIÇÕES DAS LINHAS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BODOQUENA, PELOS CONTRATOS REALIZADOS NOS EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 E 2016 - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO – PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. De acordo com os elementos de prova coligidos nos autos, não há que se falar em ato de improbidade administrativa, pois as linhas de transporte escolar dependem das matrículas realizadas pelos alunos em cada ano letivo, o que justifica a alteração corriqueira dos trajetos, pois a cada ano ocorrem mudanças/alterações de seus endereços. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002919-0 - SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pela não homologação da promoção de arquivamento nos termos do voto da Relatora.

7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000411-5

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a falta de máscaras e outras EPIs nas UPAS e CRSs na Capital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A FALTA DE MÁSCARAS E OUTRAS EPIs NAS UPAS E CRSS NA CAPITAL CAMPO GRANDE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. NECESSIDADE DE REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM ATENÇÃO AO ENUNCIADO Nº 16/CSMP. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. De acordo com o artigo 114, inciso IX, da Constituição Federal, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. Além disso, dispõe no artigo 7º, inciso XXII, que é direito do trabalhador urbano e rural a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Embora a presente investigação trate sobre matérias afetas à saúde pública, o objeto da demanda é a deficiência de equipamentos de proteção individual dos funcionários que trabalham nas Unidades de Pronto Atendimento, o que faz incidir a súmula 736 do Supremo Tribunal Federal, atraindo a competência para o Ministério Público do Trabalho. Para tanto, determino a baixa dos autos à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, remetendo-se o feito à Promotoria de Justiça de origem para que esta remeta os autos ao Ministério Público do Trabalho, para adoção das providências que julgar necessárias.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição, e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que esta remeta os autos ao Ministério Público do Trabalho, para adoção das providências que julgar necessárias, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 2 de junho de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**AVISO Nº 31/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000369-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Carlos Umberto de Oliveira Benites, Jean Carlos Vaz Elias e Robson José Coelho - Assunto: Apurar notícia de improbidade administrativa praticada por policiais militares consistente em solicitar vantagem indevida durante abordagem e apreensão de mercadorias advindas do Paraguai. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000180-0** - 1ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar as circunstâncias do atendimento da cidadã G.C.P. no Hospital Regional de Ponta Porã que redundou em seu óbito. **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001187-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Ribas do Rio Pardo e a Viatur Transporte e Turismo Eireli EPP - Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas na contratação da empresa Viatur Transporte e Turismo Eireli EPP pelo município de Ribas do Rio Pardo. **4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001313-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama - Requerida: Renata Rondon de Oliveira - Assunto: Apurar eventual destruição da vegetação primária ou secundária no estágio avançado ou médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica, fato ocorrido na fazenda Jatobá, neste Município. **5) Inquérito Civil nº 06.2017.00001419-3 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã. **6) Inquérito Civil nº 06.2017.00002250-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual superfaturamento e defeito na execução de obra de recapeamento em vias urbanas do município de Nova Alvorada do Sul/MS. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00000050-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Rio Negro - Assunto: Apurar a conduta omissiva do gestor municipal em não proceder a integração do município Requerido ao Sistema Nacional de Trânsito conforme obrigação disposta no artigo 24 de Lei nº 9503/97 do Código de Trânsito Brasileiro. **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00000633-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Angélica - Assunto: Eventuais irregularidades na outorga, pelo município de Angélica, de permissões para utilização de bens públicos municipais por particulares. **9) Inquérito Civil nº 06.2018.00001010-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa relativo à percepção de rendimentos acima do teto remuneratório por servidor público municipal de Ponta Porã. **10) Inquérito Civil nº 06.2018.00001497-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Francisco Ferdinando Andrekowisk Filho - Assunto: Apurar se a supressão de vegetação na fazenda Santa Irene atendeu as condicionantes de licença expedida pelo IMASUL, tanto no tocante à área quanto no que diz respeito ao período. **11) Inquérito Civil nº 06.2018.00001523-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: apurar os motivos pelos quais o município de Rio Negro está abaixo da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação no que toca à nota no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e quais as medidas necessárias para a adequação. **12) Inquérito Civil nº 06.2018.00001847-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Porto Murtinho/MS - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de funcionários (sem concurso público e falta de licitação) pela Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura do município de Porto Murtinho/MS. **13) Inquérito Civil nº 06.2018.00001848-2** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande-SESAU - Assunto: Fiscalizar o processo de habilitação do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul em oncohematologia. **14) Inquérito Civil nº 06.2018.00001932-6** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João - Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental do Loteamento Portal da Serra, localizado no município de Antônio João/MS. (IC nº 45/2015/1ªPJPP, migrado para o SAJMP). **15) Inquérito Civil nº 06.2018.00002020-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Corguinho - Assunto: Apurar origem de supressão de mata ciliar, supostamente praticada pelo município de Corguinho, em estrada de acesso ao Distrito Fala Verdade, com possível assoreamento do Rio Corguinho. **16) Inquérito Civil nº 06.2018.00002150-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ester Cristaldo Pana



Vieira - Movimento Nacional de Luta Pela Moradia - M.N.L.M. - Assunto: Apurar irregularidade de vendas de terrenos Municipais pelo "Movimento Nacional de Luta Pela Moradia-MS. **17) Inquérito Civil nº 06.2018.00002344-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: apurar notícia de suposta violação aos termos da Resolução/SEC nº 3.396 de 08 de janeiro de 2018 por parte da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul em razão de não assegurar a lotação de direção adjunta de escola estadual à servidora investigada nesta função e aprovada em Processo Seletivo para professores do Programa de Educação do Tempo Integral. **18) Inquérito Civil nº 06.2018.00002577-2** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Operadora VIVO - Telefônica Brasil S/A. - Assunto: Apurar eventual ineficiência dos serviços de telefonia e internet móvel prestados pela operadora VIVO. (IC nº 27-2014, migrado para o SAJMP). **Advogada: Fernanda Beolchi Palla, OAB-SP nº 170.357 (KANAMARU Advogados).** **19) Inquérito Civil nº 06.2018.00002806-9** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Agência Municipal de Transporte e Trânsito- AGETTRAN e a Metropark Administração Ltda. - Assunto: Apurar eventual lesão a direitos dos consumidores em virtude da substituição dos atuais equipamentos eletrônicos de controle do tempo de estacionamento (parquímetros), previstos no Edital de Licitação nº 014/2001 e no Contrato de Concessão nº 26/2002, por novas tecnologias. **Advogado: Douglas de Oliveira Santos, OAB-MS nº 14.666 (Oliveira, Valle G Abdul Ahad Advogados).** **20) Inquérito Civil nº 06.2019.00000329-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Lidiane Nolasco Basso - Assunto: Verificar possível degradação ambiental no imóvel denominado Fazenda Santa Maria, de propriedade da Sra. Lidiane Nolasco Basso. **21) Inquérito Civil nº 06.2019.00000423-7 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí. **22) Inquérito Civil nº 06.2019.00000779-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Ana Olímpia Gomes-ME e a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades, suposta prática de improbidade administrativa e superfaturamento na contratação, pelo Município de Porto Murtinho, no ano de 2017, da empresa "Ana Olímpia Gomes-ME", para fornecimento de refeições tipo prato feito, self-service, rodízio e marmitex, para atender diversas secretarias municipais, no valor de aproximado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). **23) Inquérito Civil nº 06.2019.00000853-3** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual demanda reprimida para realização de cirurgia de reversão de ostomia no município de Campo Grande e no Estado de Mato Grosso do Sul e medidas necessárias à redução da fila de espera por tal procedimento. **24) Inquérito Civil nº 06.2019.00000897-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a eventual ocorrência de danos ao erário público em razão de suposto sobre preço praticado no procedimento de dispensa de licitação nº 149/2017 da Prefeitura de Naviraí. **25) Inquérito Civil nº 06.2019.00001159-3** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Anhanguera - Uniderp, Centro Universitário Claretiano, Faculdade Campo Grande - FCG, Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda, Unaes e Unigran Educacional - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na cobrança de "taxas de serviços" pelas instituições de ensino superior de Campo Grande/MS, para expedição de documentos contendo informações relativas às atividades dos estudantes, tais como atestados de matrícula e histórico escolar, serviços inerentes aos serviços educacionais já abrangidos pelas mensalidades escolares. **26) Inquérito Civil nº 06.2019.00001226-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edmundo Aguiar Ribeiro - Assunto: Apurar o armazenamento inadequado e a utilização de agrotóxicos com data de validade vencida na fazenda Ponte Quinha III, bem como apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade com relação à conservação das áreas de reserva legal e preservação permanente, bem como o correto manejo do solo. **27) Inquérito Civil nº 06.2019.00001429-0 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho. **28) Inquérito Civil nº 06.2019.00001491-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Mariana Arantes de Almeida - Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada fazenda Primavera relativamente a sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural, conservação das áreas de preservação permanente e reserva legal, bem como a ocorrência de suposto dano ambiental consistente na supressão vegetal de 8,13 hectares sem a devida autorização ambiental do órgão competente. **29) Inquérito Civil nº 06.2019.00001591-2** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Águas Guariroba S/A - Assunto: Analisar eventual irregularidade no corte do fornecimento de água em face de mais de 300 familiares no Jardim Centro Oeste. **30) Inquérito Civil nº 06.2019.00001651-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Osvaldir José Forastieri - Assunto: Apurar a valoração de dano ambiental causado pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da utilização de produto agrotóxico domissanitário, sem a receita agrônômica, em Sonora/MS, conforme auto de infração nº 99556 IAGRO. **Advogado:**



Edivaldo Cândido Feitosa, OAB-MS nº 12.819 (CÂNDIDO & CAMPOS Advogados Associados). 31) Inquérito Civil nº 06.2019.00001699-9 - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual – Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar a eventual ingerência do Grupo de Apoio Especial na classificação de risco realizada pelos enfermeiros e médicos nas unidades de saúde da Rede de Urgência da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. **32) Inquérito Civil nº 06.2020.00000037-4** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Assunto: Coren encaminha cópia da decisão que aprovou a abertura de sindicância com fins de interdição ética dos profissionais de enfermagem do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. **33) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000419-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ilegalidade no âmbito do Executivo Municipal, consistente na ausência da tomada de providências atinentes ao poder hierárquico em relação à servidora pública municipal Rizonete Dutra Leão, que teria eventualmente praticado o abandono de suas funções.

Campo Grande, 1º de junho de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2020 - SRP

PROCESSO Nº PGJ/10/0328/2020

UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/0328/2020).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente, material elétrico e eletrônico e material de manutenção de bens móveis (Papel sulfite, apagador, bandejas caderno brochura, caderno de protocolo, caixas de arquivo permanente, canetas, clipes, pilhas, refil para filtro e outros), para atender o Ministério Público Estadual.

- Abertura das propostas: dia 30 de junho de 2020, às 14 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 02 de junho de 2020 por meio dos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Gestão e Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 28/05/2020:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente da Equipe de Apoio: Emervall Carmona Gomes;
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ, Departamento de Material e Patrimônio/PGJ e Divisão de Almoxarifado/PGJ.

Campo Grande, 2 de junho de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS
Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E ACEF S/A**

Processo: PGJ/10/1131/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ACEF S/A, mantenedora da Universidade de Franca (UNIFRAN)**, representada por seu Pró-Reitor de Educação a Distância, **Carlos Fernando de Araújo Júnior**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de cursos de nível superior/graduação e superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, oferecidos pela ACEF S/A, bem como pelas Instituições de Ensino mantidas pela ACEF S/A, nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 18.05.2020 a 18.05.2022.

Data da assinatura: 31 de março de 2020.

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E EDITORA VERBO JURÍDICO LTDA

Processo: PGJ/10/1252/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **EDITORA VERBO JURÍDICO LTDA, mantenedora da Faculdade Verbo Educacional (VERBOEDU)**, representado por seu sócio, **Ricardo Glimm**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de cursos de nível superior/graduação e superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, oferecidos pela EDITORA VERBO JURÍDICO LTDA, bem como pelas Instituições de Ensino mantidas pela EDITORA VERBO JURÍDICO LTDA, nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 08.04.2020 a 08.04.2022.

Data da assinatura: 08 de abril de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1554/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, representada por **Cleber Luiz de Conto**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 4.088,00 (quatro mil e oitenta e oito reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000199, 2020NE000200 e 2020NE000201, datadas de 15.05.2020.

Vigência: 21.05.2020 a 21.05.2021.

Data de assinatura: 21 de maio de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/1555/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, representada por **Cleber Luiz de Conto**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 3.075,00 (três mil e setenta e cinco reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000202, 2020NE000203 e 2020NE000204, datadas de 15.05.2020.

Vigência: 21.05.2020 a 21.05.2021.

Data de assinatura: 21 de maio de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1565/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, representada por **Cleber Luiz de Conto**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 8.171,00 (oito mil cento e setenta e um reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000205, 2020NE000206 e 2020NE000207, datadas de 18.05.2020.

Vigência: 21.05.2020 a 21.05.2021.

Data de assinatura: 21 de maio de 2020.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/0329/2018

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **IMOBILIÁRIA COLMEIA LTDA**, representada por **Rui Barbosa Junior**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no com o artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Redução do valor mensal do Contrato, em 5% (cinco por cento), em decorrência da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal do aluguel: R\$ 17.972,92 (dezesete mil novecentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos) para os pagamentos dos meses de maio de 2020 até dezembro de 2020, e R\$ 18.918,86 (dezoito mil novecentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos) para os pagamentos a partir de janeiro de 2021.

Vigência: 22.05.2020 a 08.10.2028.

Data de assinatura: 22 de maio de 2020.

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/PGJ/2017**

Processo: PGJ/10/2432/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **D D LIMPE DEDETIZADORA LTDA**, representada por **Carina Ricci Gonçalves**.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 30/PGJ/2017.

Objeto: Redução do valor contratual dos serviços, em 20% (vinte por cento), em virtude da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor anual total: R\$ 10.340,63 (dez mil trezentos e quarenta reais e sessenta e três centavos).

Vigência: 28.05.2020 até 23.10.2020.

Data de assinatura: 28 de maio de 2019.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/PGJ/2017

Processo: PGJ/10/2281/2016

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **PRO-INFO ENERGIA ININTERRUPTA E INFORMÁTICA LTDA.**, representada por **André Luiz Parreiras**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial n.º 08/PGJ/2017.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d” e §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Reajuste dos valores**, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, redução do valor contratual, em 4% (quatro por cento), em decorrência da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 25.578,04 (vinte e cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e quatro centavos) para os pagamentos a partir de janeiro de 2021, e, R\$ 24.554,92 (vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos) para os pagamentos dos meses de junho de 2020 até dezembro de 2020, por força da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020.

Vigência: 1º.06.2020 a 06.04.2021.

Data da assinatura: 1º de junho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1374/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **R P N DE ALENCAR ENGENHARIA AMBIENTAL E CIVIL**, representada por **Rafael Portela Novaes de Alencar**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços de pintura, incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor total: R\$ 17.587,53 (dezesete mil quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000170, datada de 27.04.2020.

Vigência: 28.05.2020 a 28.11.2020.

Data de assinatura: 28 de maio de 2020.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.042 DE 3 DE SETEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 35 A 37), NO DOMP-MS Nº 2.104 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 28 A 31) E NO DOMP-MS Nº 2.155 DE 3 DE MARÇO DE 2020 (PÁGINAS 21 A 23) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1672/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (FEADMP/MS)** representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2.1- **SUPERAR EIRELI**, representada por **Josiane Bagatoli**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, na capital e no interior do Estado, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
1	1.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/Modelo: TCLTAC-09CSA INV.	Unidade	40	1.410,00
	1.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo SPLIT 9.000 Btu's, com isolamento térmico.	Metro	280	90,00
	1.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	20	400,00
	1.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	20	485,00
	1.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/Modelo: ELGIN/MINI ORANGE.	Unidade	20	560,00
	1.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	30,00
	1.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	55,00
9	9.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade mínima: 54.000 a 58.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido;	Unidade	10	11.600,00



		seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER/42XQV60C5/38CCV060515MC.			
	9.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo SPLIT 54.000 a 58.000 BTU/h. com isolamento térmico.	Metro	70	240,00
	9.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 54.000 a 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	1.470,00
	9.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 54.000 a 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	5	1.872,00
	9.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: ELGIN/MAXI ORANGE.	Unidade	5	630,00
	9.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	30	33,00
	9.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	30	55,00
11	11.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split, cassete, inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 45.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER/40KVCA48C5/38CCV060515MC.	Unidade	5	12.300,00
	11.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo SPLIT 45.000 a 48.000 BTU/h, com isolamento térmico.	Metro	50	190,00
	11.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	3	1.770,00
	11.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	2	2.172,00
	11.5	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	20	33,00
	11.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	50	55,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 19 de agosto de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.042 DE 3 DE SETEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 37 A 39), DOMP-MS Nº 2.104 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 25 A 28) E NO DOMP-MS Nº 2.155 DE 3 DE MARÇO DE 2020 (PÁGINAS 23 A 26) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1672/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (FEADMP/MS)** representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2.1- **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, representada por **Cleber Luiz de Conto**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, na capital e no interior do Estado, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (RS)
2	2.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/Modelo: Agratto/ICS12FR4-02.	Unidade	60	1.745,00
	2.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo SPLIT 12.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	420	35,00
	2.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	30	290,00
	2.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	30	320,00
	2.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/Modelo: Elgin/Mini Orange.	Unidade	30	655,00
	2.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	200	8,00
	2.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	420	15,00
3	3.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando	Unidade	70	2.680,00

		remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: Elgin/HVFI18B2IA-HVFE18B2IA.			
	3.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo SPLIT 18.000 Btu's com isolamento térmico.	Metro	500	38,00
	3.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	45	335,00
	3.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	25	365,00
	3.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: Elgin/Mini Orange.	Unidade	35	655,00
	3.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	220	9,00
	3.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	500	18,00
4	4.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: Philco/PAC24000IFM4.	Unidade	45	3.590,00
	4.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo SPLIT 24.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	320	48,00
	4.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	25	335,00
	4.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	20	365,00
	4.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: Elgin/Mini Orange.	Unidade	23	655,00
	4.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	150	9,00
	4.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os	Metro	320	18,00



		acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.			
6	6.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: Agratto/ECS30FR4-02.	Unidade	10	3.870,00
	6.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 30.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	70	48,00
	6.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo hi-wall, função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	4	375,00
	6.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo hi-wall, função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	6	425,00
	6.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: Elgin/Mini Orange.	Unidade	5	655,00
	6.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	50	9,00
	6.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	70	18,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 19 de agosto de 2019.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/PGJ/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0329/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FLAVIO VASCONCELOS ALVES E CASTRO**, representada por **Flavio Vasconcelos Alves e Castro**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de locação de veículos, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Locação de veículo de passageiros sem motorista, modelo <i>hatch</i> , com ar condicionado, movido à gasolina ou álcool, potência mínima de 1.4 cc, capacidade de 5 (cinco) passageiros, 5 (cinco) portas, cor sólida (azul, branca ou preta) ou metálica (prata, chumbo ou azul). Total estimado de veículos a serem locados pelo período de 12 (doze) meses: 11 unidades	Serviço Mensal	132	1.300,00
2	Locação de veículo de passageiros sem motorista, modelo camionete cabine dupla, com ar condicionado, movido à gasolina ou álcool, potência mínima de 2.0 cc, capacidade de 5 (cinco) passageiros, 5 (cinco) portas, cor sólida (azul, branca ou preta) ou metálica (prata, chumbo ou azul). Total estimado de veículos a serem locados pelo período de 12 (doze) meses: 3 unidades	Serviço Mensal	36	3.884,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 27 de maio de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAARAPÓ

EDITAL Nº 0008/2020/01PJ/CRP

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1730, Vila Planalto, em Caarapó-MS. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida junto à 1ª Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001873-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: A. C. P.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do Termo de Acordo de Não Persecução Cível firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00001257-0, pela compromissária A. C. P.

Caarapó/MS, 02 de junho de 2020.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça



NOVA ALVORADA DO SUL

EDITAL Nº 0002/2020/PJ/NAAD/2020/1ªPJ/ NOVA ALVORADA DO SUL/MS

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Alvorada do Sul/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marcelino Ridsen, nº 1040, Centro, CEP: 79140-000, Nova Alvorada do Sul/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000545-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Waldomiro Molina

Assunto: Apurar desmatamento de 15,15 hectares em área de Vegetação Ciliar - Aluvial e Savana (cerrado), na Fazenda Pouso Alegre, em Nova Alvorada do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 406/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Nova Alvorada do Sul/MS, 1º de junho de 2020.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0037/2020/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 16/05/2019, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Aldoir Fuchs Viana, representante dos proprietários do imóvel rural denominado Fazenda Recanto, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00001293-0, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 02 de junho de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 0009/2020/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000700-1

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: (SIGILOS)

Assunto: (SIGILOS)

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 29 de maio de 2020.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ITAQUIRAÍ

EDITAL Nº 0008/2020/PJ/ITQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001844-2, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro-Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001844-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí/MS

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a transparência e o acesso as informações sobre as verbas recebidas, bem como a destinação de tais valores para o combate do COVID-19 em Itaquiraí, que se encontra à disposição do público na sede da Promotoria de Justiça

Itaquiraí/MS, 28 de maio de 2020

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0009/2020/PJ/ITQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000677-9, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro- Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000677-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gabriel Stinghen Pereira

Assunto: Apurar pormenorizadamente a responsabilidade civil de Gabriel Stinghen Pereira, que permaneceu ilegalmente contratado e auferindo renda do Município de Itaquiraí/MS pelo lapso temporal compreendido entre março/2018 a fevereiro/2019, bem como investigar eventuais responsabilidades civis dos gestores que agiram de má-fé ou culposamente frente a esta situação.

GRAU DE SIGILO: RESTRITO, em razão da presença de documentos sigilosos decorrentes do afastamento do sigilo bancário e fiscal autorizado pela decisão judicial proferida nos autos n. 0001043-42.2019.8.12.0051.

Itaquiraí, 01 de junho de 2020

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0010/2020/PJ/ITQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001854-2, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro-Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001854-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí

Assunto: Acompanhar termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n 06.2019.00001672-2.

Itaquiraí, 29 de maio de 2020

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça